



As Imagens do SUS na Mídia Impressa: um estudo dos Jornais O Popular, Diário da Manhã e O Hoje¹

BRAGA, Claudomilson Fernandes²
MENEZES, Kalyne³

RESUMO

O jornalismo influencia e interfere nas atitudes e representações sobre diversos assuntos da sociedade, entre eles a saúde. Tomando como base a cobertura jornalística sobre os serviços públicos de saúde, esse artigo analisa como e de que maneira o Sistema Único de Saúde (SUS) é retratado pela mídia impressa em Goiânia. O estudo é realizado a partir de notícias coletadas durante um semestre em três jornais diários da capital, na tentativa de identificar quais temas são discutidos e como os serviços de saúde gerenciados pela prefeitura de Goiânia aparecem na mídia impressa. Tendo como base uma análise quantitativa e qualitativa dos conteúdos destas matérias, a pesquisa aponta no sentido de certo desconhecimento por parte da mídia do conjunto de serviços prestados pelo SUS cujo principal enfoque da cobertura jornalística é as unidades de saúde, deixando de lado os demais serviços prestados.

PALAVRAS-CHAVE

Comunicação; jornal impresso; saúde; SUS.

1. INTRODUÇÃO

É evidente que a mídia exerce grande influência sobre os comportamentos da sociedade. Dentre as discussões da sociedade que são impactadas pelos meios de comunicação, a saúde sem dúvida é um destaque, pois é influenciada tanto a nível individual quanto coletivo pelas informações circulantes na mídia, interferindo, inclusive, na dinâmica dos serviços de saúde. A mídia, mais especificamente a imprensa, além de informar à população sobre ao assunto saúde, também influencia fortemente na criação de demandas e na utilização dos serviços prestados.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

² Graduado em Comunicação Social - Relações Públicas pela Universidade Fernando Pessoa. Porto/Portugal. Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC Goiás. Professor da Pós-Graduação em Comunicação – PPGCOM (Especialização / Mestrado) da Faculdade de Informação e Comunicação e do curso de Comunicação Social – Relações Públicas da Universidade Federal de Goiás - UFG, e-mail: milsonprof@gmail.com.

³ Jornalista graduada pela Universidade Federal de Goiás - Mestranda em Comunicação, linha Mídia e Cidadania, UFG, email: mskalyne@gmail.com



As relações entre comunicação e saúde são evidentes, tendo em vista a diversidade de notícias e informações que permeiam a saúde. Além disso, a saúde é tema que perpassa toda a sociedade, se analisarmos o conceito ampliado de saúde definido pela Constituição Federal de 1988, sendo estreitamente relacionada a fatores culturais, ambientais, sociais, políticos e outros.

Com relação ao Sistema Único de Saúde (SUS), objeto de estudo dessa pesquisa, percebe-se que a mídia não tem oferecido uma contribuição eficaz em relação à saúde pública, não discutindo mais enfaticamente questões norteadoras para a melhoria da situação sanitária brasileira. O que se percebe, em grande parte das coberturas midiáticas, é um pouco conhecimento do SUS e de seu funcionamento, especificamente no que diz respeito ao atendimento. Isso é refletido em diversas matérias que se concentram em casos isolados de usuários e não informam – por desconhecimento, falta de informação ou de compreensão – os fluxos de atendimento.

Matérias positivas também são encontradas nos jornais, mas, na prática, a sensação que se tem ao ler um conjunto de notícias sobre o SUS é que o sistema, apesar de ter apenas 25 anos, não é priorizado pela mídia, justamente por ser público. Isso pode significar que existe uma desvalorização dos serviços públicos de saúde em detrimento de um mercado de sistemas privados de saúde, por isso a mídia reforça esse sucateamento do sistema.

É certo que o SUS ainda não alcançou o ideal de sistema proposto na Constituição Federal de 1988, de ser universal, integral, humanizado e de qualidade em todos os sentidos. No entanto, há de se destacar os investimentos e tentativas do Governo Federal em investir no sistema, que até então é subsidiado e necessita de mais recursos. Apesar da divulgação pela imprensa dessas mudanças e tentativas, ainda assim, as falhas do sistema são expostas diuturnamente, diversas vezes desacompanhadas das justificativas e esclarecimentos acerca do SUS, o que reforça a desvalorização do mesmo.

2. MÍDIA E SAÚDE

A mídia é uma instituição fundamental para a sociedade, essencial na divulgação e circulação de formas simbólicas. Pela mídia há o compartilhamento e identificação da experiência do outro e de uma memória coletiva, pois os meios de comunicação



instauram essa interação mediada (THOMPSON, 2007). O indivíduo, influenciado pela credibilidade dos meios, não apenas compartilha as mais diversas realidades apresentadas pela mídia como também se apropria delas, muitas vezes tomando como verdade absoluta o que pode ser parte de uma realidade ou até mesmo uma informação equivocada.

Nesse mesmo sentido, Thompson argumenta que o acesso à pluralidade de informações contribui com a emancipação (apesar de não utilizar esse termo) e o desenvolvimento do senso crítico dos espectadores. Mesmo não desconsiderando as práticas midiáticas de deturpação, manipulação e homogeneização dos receptores, o autor defende a possibilidade de crescimento sociocultural dos receptores:

A profusão de materiais simbólicos pode fornecer aos indivíduos os meios de explorar suas formas alternativas de vida de um modo imaginário e simbólico; e conseqüentemente permitir-lhes uma reflexão crítica sobre si mesmos e sobre as reais circunstâncias de suas vidas (THOMPSON, 2007, p.85)

No que diz respeito à cobertura de jornalística de saúde, pode-se destacar tanto assuntos relacionados ao bem-estar e à qualidade de vida, por meio do cultivo de hábitos saudáveis, como notícias acerca do Sistema Único de Saúde, que é um dos principais assuntos retratados nos noticiários de televisão, rádio, jornais impressos e outras mídias. Isso porque, além de ser um recente sistema público de saúde, diz respeito a serviços de maneira integral e gratuita à população, além das ações de saúde coletiva, como a educação em saúde, indicadores sociais, riscos de epidemias, controle das violências e demais assuntos que interferem diretamente na saúde da população.

Comunicação e saúde, assim, podem ser vistas como áreas estratégicas que se interligam para influenciar decisões tanto de indivíduos quanto das comunidades, no sentido de promoverem saúde. Junto a esse pensamento, cabe ao jornalismo não apenas o papel de fiscalizar esses serviços promotores de saúde, seu funcionamento, adequação, análise crítica, mas, sobretudo a informação e orientação da população na utilização desses serviços.

Considerando a cobertura noticiosa da saúde, Hansen (2010) argumenta que a sociedade absorve milhares de informações sobre o assunto, que podem ser consideradas como arquivos. Assim, “o que ele [paciente] sabe, no entanto, é um punhado de fatos ao acaso, aprendido numa quantidade de fontes, idôneas ou não, que



incluem o folclore familiar, o palavrório do anúncio em voga e as indicações e amigos” (HANSEN, 2010, p. 39).

O que podemos entender é que, com a socialização produzida pelos meios de comunicação, os usuários estão ficando cada vez mais próximos de uma compreensão geral e também mais necessitados de explicações daquilo que está a sua volta, como o atendimento médico, hospitalar e outros provenientes dos profissionais de saúde. (HANSEN, 2010, p. 61)

Um fator que pode influenciar nesse acúmulo de informações é o próprio agendamento midiático, no qual Wolf (2009) ressalta, com base no pensamento de Shaw (1979), que como consequência das ações dos jornais, televisão e outros meios, as pessoas tendem a incluir ou excluir conteúdos de acordo com a pauta midiática. Assim, o público confere determinada importância a um assunto destacado na mídia, enquanto descarta outros.

À medida que o destinatário não é capaz de controlar a exatidão da representação da realidade social, *com base em algum padrão externo à mídia*, a imagem que ele forma para si mesmo mediante essa representação acaba por ser distorcida, estereotipada ou manipulada (ROBERTS, 1972, *apud* WOLF, 2009, p.144).

Esse *agendamento* está associado ao mimetismo e consonância – que são caracterizados pela repetição e imitação dos veículos e informações - do conteúdo noticioso. Segundo Traquina, os primeiros apontamentos da teoria surgiram em 1972, com os acadêmicos MaxuellMcCombs e Donald Shaw.

A teoria inicialmente postulava que os media poderiam dizer às pessoas *no que pensar*. Mais tarde, após vinte anos de estudos [...] McCombs e Shaw sustentaram, pela teoria do agendamento, que os *media* não só nos dizem no que pensar, mas também *como pensar* nisso e, conseqüentemente, *o que pensar* (TRAQUINA, 2003, p. 15).

O agendamento examina até onde a mídia determina a agenda. Indaga também quem determina a agenda ou pauta jornalística (grupos de interesses que têm influência sobre o que sai nos veículos midiáticos). Traquina deixa claro que os estudos sobre o agendamento devem ser entendidos como estudos sobre os media noticiosos e respectivos conteúdos jornalísticos. O autor ressalta as relações existentes entre a agenda pública, a agenda da política governamental e a agenda jornalística, a partir dos



autores Molotch e Lester, que identificam três diferentes categorias de agentes com papéis determinantes na noticiabilidade de determinados acontecimentos. Seriam os *newspromoters* (que promovem notícias), os *newsassemblers* (que transformam e difundem esses acontecimentos em notícia) e os *newsconsumers* (o público).

Os consumidores de notícias correspondem a membros sujeitos à influência dos media que ajudam a constituir a agenda pública; os *newsassemblers* correspondem aos que determinam a agenda jornalística; os *newspromoters* são constituídos por aqueles que propõem a agenda da política governamental mas também por outros agentes especializados e membros do *campo político*, cada um com a sua *agenda política* (TRAQUINA, 2003, p. 20).

Na verdade, as notícias são denominadas como construções narrativas, histórias, uma realidade seletiva. O agendamento permite a seleção, reconhecer quais os acontecimentos possuem valor como notícia. Para Traquina (2000), a teoria do agendamento funciona como uma redescoberta do poder do jornalismo, no qual o jornalista se transforma em construtor da realidade. Não se limita a um jogo de espelhos, mas ao mesmo tempo em que o jornalismo pauta a sociedade, é pautado por ele. É uma cultura decorrente do processo de profissionalização que requer ajustamentos como pré-requisito para o sucesso na carreira (GREENWOOD, 1957, *apud* TRAQUINA, 2005b, p. 23).

A existência de uma cultura é o atributo mais importante de uma profissão e consiste nos seus valores (crenças básicas e fundamentais, normas – guias de comportamento em situações sociais e um sistema elaborado da definição de papéis), e símbolos (itens carregados de significado que incluem folclore, a identificação de heróis e vilões, estereótipos do bom e do mau profissional) (GREENWOOD, 1957, *apud* TRAQUINA, 2005b, p. 24).

O processo de profissionalização no jornalismo tem levado à constituição de uma comunidade interpretativa, isto é, um grupo unido pelas suas interpretações partilhadas da realidade (ZELIZER, 1993, *apud* TRAQUINA, 2005b). Informações partilhadas estas que, antes de chegarem ao público-alvo, passam por uma série de filtros que a lapidam, definem, delimitam e selecionam o que vai circular como notícia.

Os filtros das notícias são determinados pelas rotinas jornalísticas, ditadas pela amplitude de horários e urgência da informação. Esses valores são definidos também,



ressalta Neveu (2004), pela prática constante de intertextualidade midiática. “A importância de uma informação vem também do que outras publicações falam dela, tornando às vezes inconcebível não fazer a sua cobertura pelo simples fato de o veredicto das grandes publicações ser uma forma profissional de sufrágio censitário” (TRAQUINA, 2005, p 93).

Esse sufrágio censitário citado acima pelo autor é identificado pela leitura e comparação das edições da véspera de outros jornais, análise dos fatos a cobrir - com pré-seleção a partir de mensagens enviadas por assessores de imprensa - discussão nas editoriais e entre editores, reunião de pauta, elaboração do espelho, envio de repórteres a campo e retorno das matérias. Tudo isso em um tempo limitadíssimo que exerce pressão constante sobre os jornalistas.

Contudo, mesmo com a influência midiática, Miquel (2009) reforça que as interpretações são subjetivas, e que a realidade é uma construção a partir de uma determinada versão, “mais ou menos eficaz da realidade”. “Se a realidade não possui objetividade, fica reduzida a uma série de enunciados cujo sentido e estatuto de referencia são [...] submetidos às condições da enunciação (enunciador e receptor)” (MIQUEL, 2009, p. 37). Dessa maneira, a interpretação é por essência um ato individual e, mesmo que ainda possa ser coletiva, está enraizada nas bases que orientam essa interpretação.

3. O SUS NOS JORNAIS

Para verificar a imagem do Sistema Único de Saúde na imprensa local, foram coletadas de 1º de janeiro a 30 de junho de 2013, notícias, reportagens, artigos e outros formatos jornalísticos que tratassem a saúde pública no município de Goiânia. Foram selecionadas as notícias e reportagens sobre saúde em três jornais impressos da capital, com veiculação diária e maior circulação na capital: O Popular, Diário da Manhã e O Hoje.

O material foi coletado por meio de clipping, focando no gerenciamento e serviços do SUS em Goiânia. Assim, optou-se na seleção por notícias que restritas ao âmbito municipal dos serviços, especificamente nas ações desenvolvidas pela Secretaria de Saúde de Goiânia, que gerencia o sistema de saúde no município. Foram coletadas

369 matérias nos três jornais impressos, englobando assuntos como atendimento, dengue, ações em saúde.

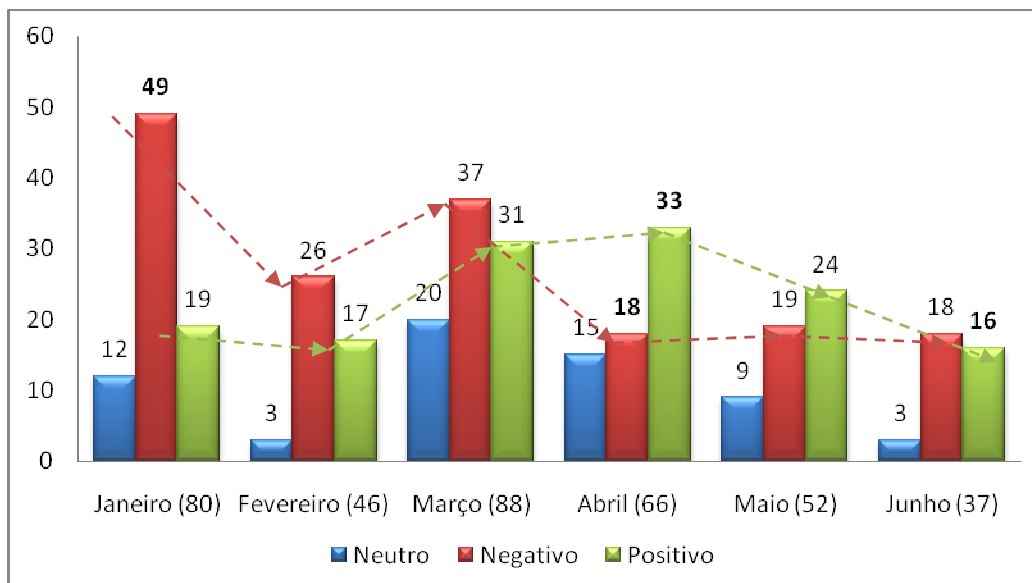


Gráfico 1: Número de matérias municipais no primeiro semestre de 2013, com enfoque.
Fonte: dados interpretados da coleta.

No primeiro semestre de 2013 é possível observar que em janeiro, fevereiro e março os picos de publicações possuem enfoque negativo, tendo respectivamente 49, 26 e 37 publicações. Já nos dois meses seguintes as positivas tiveram maior destaque, 33 em abril e 24 em maio. Junho teve o menor número de publicações se comparado com os meses anteriores (37 matérias), o que pode ser justificado pela cobertura noticiosa das manifestações da população, que ocorreram simultaneamente em todo o país. Apesar de saúde estar entre as reivindicações, segurança pública e transporte coletivo ganharam bastante destaque, ocupando mais espaço nos jornais do que antes. Grande parte das matérias era voltada para investimentos em diversos setores públicos, e também as ações de violência que caracterizavam algumas das manifestações sociais.

Os meses com maior número de publicações no período analisado são janeiro e março (gráfico 1). Em janeiro o pico de notícias é resultado da cobertura da epidemia de dengue, que também refletiu no atendimento nas unidades municipais de saúde. Apesar de um plano de contingência previamente definido e divulgado pela Secretaria de Saúde de Goiânia no final de 2012, a quantidade de casos foi além do esperado, acarretando na sobrecarga do atendimento, na falta de profissionais nas unidades e até mesmo de acomodação para os casos suspeitos de dengue.

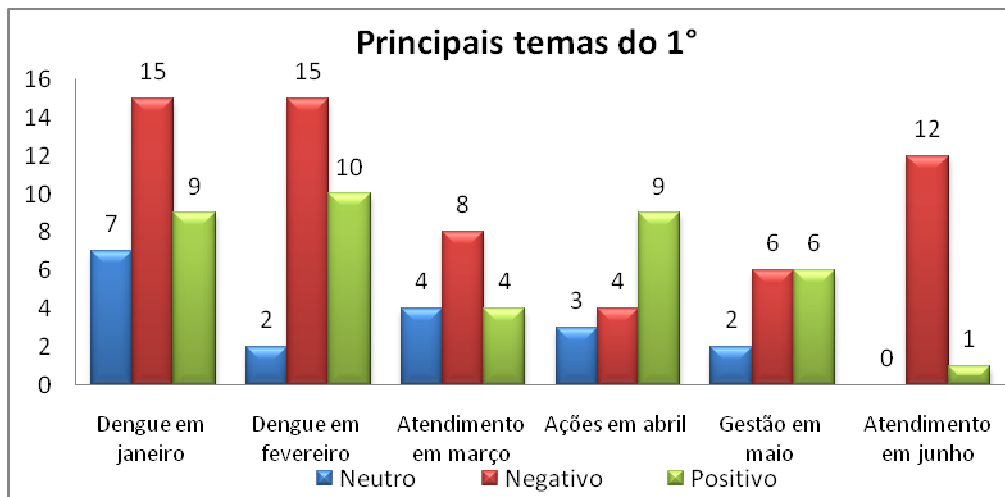


Gráfico 2: Enfoque dos principais assuntos das matérias do primeiro semestre.
Fonte: dados interpretados da coleta.

Esse cenário exigiu do órgão administrativo medidas paliativas, como a ampliação do atendimento para casos com suspeita de dengue também nas unidades de Saúde da Família. Antes, o atendimento estava focado nas 13 unidades de urgência e emergência, mas, como retratam os jornais do período, a estrutura foi insuficiente para esse atendimento. A imprensa noticiou tanto as longas demoras para atendimento, entrevistando usuários que chegavam a aguardar mais de cinco horas, como também as ações da Secretaria, como ampliação de unidades e parcerias com outras instituições.

A história da dengue em Goiânia iniciou-se no final da década de 1990, quando foi registrada a primeira epidemia no município com a circulação do vírus tipo I. A partir de 2000, o município vem enfrentando alta circulação viral da dengue, com epidemias sucessivas de 2001 a 2013. Apenas em janeiro de 2013, Goiânia registrou 9.079 casos da doença, número que equivale a 69,59% do total de notificações em 2012. Somente no primeiro semestre de 2013, Goiânia notificou 53.552 casos de dengue. O ano com maior número de casos já registrado no município até então foi e, 2010, com 44.187 notificações⁴.

Acredita-se que o alto número de matérias negativas sobre a dengue no começo do ano seja um reflexo do período climático, marcado por chuvas, que têm relação direta no aumento do número de casos da doença. Como consequência, há a superlotação das unidades de saúde, congestionando o atendimento à população. É

⁴Dados da Vigilância em Saúde da Secretaria de Saúde de Goiânia. Disponível em <http://www.saude.goiania.go.gov.br/informe-dengue1.shtml>. Acesso em 19/03/2014.

importante destacar que embora a maioria das matérias sobre dengue durante o primeiro semestre tenha um enfoque predominantemente negativo (gráfico 3), percebe-se que todas as ações da Secretaria para o combate da doença são noticiadas. Muitas reportagens ilustram o cenário da dengue em Goiânia de forma negativa, mas também expõem as ações de combate (como a parceria da Secretaria com a Brigada de Operações Especiais do Exército) e a intensificação no atendimento aos doentes.

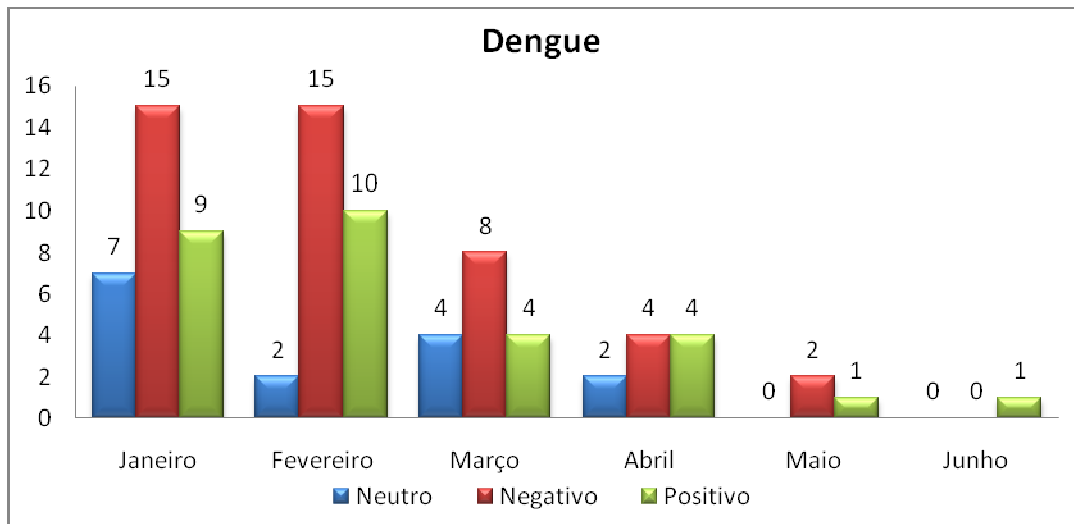


Gráfico 3: Dengue no primeiro semestre de 2013. Fonte: dados interpretados da coleta.

Atendimento também foi outro tema que sobressaiu no primeiro semestre. Em janeiro e fevereiro o tema foi relacionado à dengue e à falta de profissionais médicos nas unidades de saúde. Em março permaneceu atrelado ao número insuficiente de médicos na rede municipal, embora a Prefeitura tenha divulgado amplamente convocações de médicos aprovados no concurso público realizado em 2011. A maioria das matérias de janeiro e março sobre o tema são negativas, pois tratam da falta de profissionais nas unidades de Saúde (principalmente médicos), a fila de espera para atendimentos (consultas, exames, urgência e emergência) e procedimentos (cirurgias).

Nas matérias, são comuns títulos sensacionalistas, como “À espera de socorro”, “Saúde pede socorro”, “Idoso morre ao peregrinar por Cais” e “Morrendo na fila”, reforçando a ideia de um atendimento ineficiente, mesmo que este tenha sido sobrecarregado por uma epidemia de dengue – fator incontrolável em termos de saúde. Outro ponto que mereceu bastante destaque foi um esquema de fraude nas folhas de ponto de médicos de uma determinada unidade de saúde, revelando a negligência de alguns profissionais que trabalham no SUS enquanto a população aguarda atendimento.



Saúde mental também é destaque como repercussão de assuntos nacionais, mais especificamente o *crack*. A população em situação de rua é tema recorrente, já que foi bastante discutido no ano anterior (2012) em função de assassinatos de moradores de rua, cuja autoria ainda estava sendo investigada. Já no final de março e em abril registrou-se uma considerável mídia positiva, em decorrência da campanha nacional de vacinação contra Influenza (gripe). Outro ponto destacado foi o chamamento de médicos aprovados no último concurso da Prefeitura de Goiânia e os novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal do Hospital e Maternidade Dona Iris.

A partir da inauguração dos leitos de UTI, parto humanizado foi um assunto bastante pautado pela imprensa, também em razão da produção de releases e sugestões de pauta pela assessoria de comunicação da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (SMS). O tema abrangeu as duas maternidades municipais, que são referência nesse tipo de atendimento, tendo conquistado muitos prêmios nacionais e internacionais, como o selo de Hospital Amigo da Criança da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Aleitamento materno, que está ligado ao assunto, também é retratado.

Com relação à dengue, já estabilizada a crise dos três primeiros meses, agora o tema é voltado para as ações de busca por focos do mosquito transmissor da doença, como a Operação Cata Pneus. Já a falta de médicos permanece agendada pela imprensa, que traz títulos como “Sem Saúde e sem médicos” e “200 médicos deixam a rede de saúde de Goiânia”.

Em junho, um acontecimento que chamou bastante atenção da mídia e gerou muitas críticas a respeito do atendimento foi o caso da mãe que deu à luz na recepção da Maternidade Nacer Cidadão. Embora a Assessoria de Comunicação da SMS tenha dado resposta aos veículos de comunicação que expuseram a situação de forma agressiva e maçante, o ato não foi suficiente para suavizar as notícias que se apoiaram no vídeo caseiro que registrou o momento. A notícia foi amplamente divulgada em rede nacional, intensificando o desgaste da Maternidade que, contraditoriamente, é referência no atendimento humanizado e de qualidade.

4. CONSIDERAÇÕES

Mesmo com um enfoque equilibrado no primeiro semestre de 2013, a análise dos jornais *O Popular*, *Diário da Manhã* e *O Hoje* mostra que ainda há falta de compreensão



no que tange ao entendimento do funcionamento dos serviços de saúde. A cobertura de uma ausência de serviços, principalmente no início do ano com a epidemia da dengue, demonstra que a imprensa está comprometida apenas com a denúncia da falta de profissionais, mas pouco se esforça para entender ou divulgar as orientações para o atendimento da população em caso de suspeita de dengue.

Uma mudança de estratégia da Secretaria de Saúde de Goiânia foi reorientar o fluxo de atendimento das unidades de saúde, ampliado o acesso da população por meio das unidades da Estratégia Saúde da Família. Ao não se conscientizar sobre uma situação atípica, que é o caso da epidemia, a imprensa, ao invés de orientar corretamente a população para evitar congestionamentos nas unidades maiores, acabou por reforçar o desordenamento do fluxo, na medida em que não esclarece ou informa corretamente sobre as medidas tomadas.

Sobre a falta de médicos, que teve bastante destaque neste semestre, o enfoque foi pela ausência de profissionais. Apesar de informar sobre o chamamento dos profissionais aprovados no último concurso, a imprensa não expôs a dificuldade de contratação desse profissional, mesmo que a SMS tenha sempre vagas para contratar e credenciar médicos interessados em trabalhar no SUS. Esse tema é um dos que mostram que a cobertura jornalística se concentrou em apenas uma parte da realidade, deixando de lado informações muitas vezes prioritárias para a própria melhoria do atendimento – como os fluxos.

A repetição de temas é comum na imprensa, em razão da própria rotina de produção de notícias. Saúde, e neste caso saúde pública, é retratada pelo cotidiano, sem detalhamento de informações e poucas matérias de serviço. Isso contribui com a dificuldade da Secretaria em conscientizar a população sobre o SUS e reorientar o atendimento, ou seja, na própria educação em saúde. Falta à mídia uma compreensão melhor do que é o SUS, como funciona e de que maneira o indivíduo pode acessar, participar e contribuir com o sistema.

A imprensa, evidentemente, não apenas tem essa função, de informar com qualidade e permitir um amplo acesso ao uso dos serviços – como também direitos e deveres do indivíduo e da Administração -, mas possui um papel fiscalizador, de portavoz da sociedade. Por vezes esse papel não agrega muito à sociedade como um mecanismo de cidadania e de cobrança de políticas de saúde (e outras), na medida em que é essencial estar bem informado (tanto jornalistas quanto cidadãos) sobre os



processos, características, peculiaridades, acessos e outros temas pertinentes ao SUS. Ao cobrar um médico na unidade de saúde, o repórter representa um papel fiscalizador da Secretaria Municipal de Saúde, mas apresenta apenas um lado da moeda quando não explica as causas dessa ausência – como o desinteresse de boa parte dos médicos em trabalhar no SUS. Agindo dessa maneira, a mídia restringe o direito à comunicação e não se atenta para a pluralidade, diversidade e qualidade da informação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HANSEN , J. H. **Como entender a Saúde na comunicação?** São Paulo: Paulus, 2010.

MIQUEL, R. A. **A Construção da notícia.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

THOMPSON, J. **A Mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo I: porque as notícias são como são?** Florianópolis, Insular, 2005.

_____. **Teorias do Jornalismo II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis, Insular, 2005.

_____. **O Estudo do jornalismo no século xx.** São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2003.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação de Massa.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.